

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS E EVIDÊNCIAS NO BREJO PARAIBANO

Paula Cristina Gomes ¹

Darlene Barboza de Albuquerque Bandeira ²

Flaviana Felipes Bento de Oliveira ³

Gerlany Alves da Silva ⁴

July Nunes dos Santos Costa ⁵

RESUMO

O presente artigo discorre sobre relatos de experiências relacionados às estratégias de inclusão na rede municipal de ensino na cidade de Areia-PB, considerando a realidade local serão mencionadas as possíveis dificuldades e avanços na prática da Educação Inclusiva. O objetivo desta pesquisa é compreender os desafios que os profissionais de educação enfrentaram na educação inclusiva e identificar quais estratégias e metodologias utilizadas em sala de aula contextualizando a vivência dos educandos. A metodologia utilizada foi o estudo de caso em uma abordagem do tipo qualitativa que avaliaram os depoimentos dos coordenadores pedagógicos, gestores, professores e familiares dos alunos com deficiências. À luz de Dechichi (2008), Gomes e Mendes (2010), Poker (2013), as orientações da BNCC e as leis que aparam a Educação especial e inclusiva foram analisadas as transformações ocorridas e as ações que ainda podem ser implementadas no âmbito educacional. Como resultado da pesquisa destaca-se os avanços como a formação continuada para os profissionais de educação, a realização das reuniões com orientações e devolutivas às famílias, a criação de instrumentos de acompanhamento dos alunos, e a implantação do Centro de Atendimento Especializado que resultou no aumento de matrículas de alunos com deficiências na rede municipal de ensino. Palavras-chave: Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Rede Municipal.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Rede Municipal.

INTRODUÇÃO

A Educação tem um papel de grande importância no desenvolvimento e na formação das pessoas, uma vez que oportuniza o conhecimento científico, acessibiliza as vivências culturais, articula a identificação e a superação de dificuldades presentes no processo de ensino e aprendizagem de cada indivíduo, com suas particularidades. Ao pensar nessas particularidades do sujeito, a escola é o melhor cenário para que haja a interação entre os estudantes com o princípio norteador de compreender as necessidades

¹Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, professorapaulagomes79@gmail.com;

²Especialista pelo Curso de Psicopedagogia da Faculdades Integradas de Patos - FIP, darlenealbuquerque@gmail.com;

³Especialista pelo Curso de Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Acesita- Facesita, flaviabiamai@gmail.com;

⁴Licenciada em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante- FAVENI, gerlany912@gmail.com

⁵ Licenciada em Pedagogia da Faculdade Evangelica Cristo Rei- FECR, july78nunes@gmail.com

e moldar ações estratégicas para que se tenha a partilha dos saberes e a criação de vínculos que resultem na inclusão dos seres nas suas mais diversas possibilidades e configurações.

De acordo com Carneiro (2017) a inclusão supõe que cada um tenha a oportunidade de fazer suas escolhas e, em consequência, construir sua própria identidade pessoal e social. Consequentemente, a escola é a instituição de referência para a formação desse ser tendo os seus direitos como molas propulsoras de inclusão na promoção do respeito à diversidade com a compreensão e aceitação das diferenças.

A Educação Inclusiva vem ganhando grande visibilidade nas últimas décadas, o que faz surgir valiosas discussões no âmbito educacional. Esses diálogos baseiam-se em estudos e pesquisas que buscam por efetivar uma educação de qualidade afim de garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiências, o que requer um olhar mais inclusivo, justo e equitativo. Assim, ao elevar a educação com caráter inclusivo independente de gênero, etnia, limitação física, classe social ou da condição peculiar dos sujeitos envolvidos no processo educacional, redefine-se os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum.

Partindo desse pressuposto, buscamos com o presente artigo compreender de forma mais ampla como a rede de ensino no município de Areia-PB coloca em prática as políticas públicas acerca da Educação Inclusiva, no que diz respeito a formação e assistência às necessidades educativas dos estudantes com deficiências e os desafios enfrentados. Através do estudo de caso observando a prática educacional dos profissionais da educação (coordenadores pedagógicos, gestores, professores, monitores, interpretes de língua, psicólogos, assistente social) e em abordagem qualitativa foram avaliados os relatos de educadores e familiares dos alunos com deficiências.

À luz do aporte teórico de Dechichi (2008), Gomes e Mendes (2010), Poker (2013) entre outros, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os documentos oficiais que amparam a Educação Especial e Inclusiva podemos vislumbrar na prática educativa o reconhecimento e o estímulo das dimensões intelectual, social, cultural, emocional e física dos educandos, assim como suas competências individuais e inteligências múltiplas que os fazem seres únicos, com suas complexidades e limitações. Este estudo, justifica-se pela necessidade de preconizar o respeito dessas individualidades por meio de uma educação personalizada que entende crianças e adolescentes com suas necessidades especiais com especificidades físicas, neurológicas, sensoriais e intelectuais, verificando práticas estruturantes e pedagógicas assertivas.

No decorrer do trabalho serão apresentadas as estratégias que contribuíram com o processo de inclusão, como: adaptação de atividades, ajuste curricular, os avanços no desenvolvimento cognitivo e socioemocionais das crianças e adolescentes, bem como a realização das reuniões com orientações e devolutivas às famílias entre outros meios que buscaram assegurar o trato de equidade e cidadania, afim de romper os padrões históricos de pensamentos simplórios e arcaicos que negam às crianças com necessidades especiais a capacidade de desenvolver aprendizagem durante o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a apresentação de tal estudo se divide em dois tópicos: “A construção legal da Educação Inclusiva” trazendo características pertinentes à inclusão educativa como referência de uma sociedade igualitária e o segundo apresenta “O percurso da Educação Inclusiva nas escolas municipais areienses” descrevendo os desafios enfrentados, os relatos acerca da vivência escolar e familiar dos estudantes com necessidades especiais no município de Areia-PB, bem como as estratégias e instrumentos de acompanhamento utilizados no desenvolver da aprendizagem e, as contribuições dos recursos e meios utilizados da prática educacional inclusiva.

1. A CONSTRUÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante séculos a Educação foi negada de forma igualitária como um direito humano e social, desqualificando, segregando e definindo a quem iria ser dado o direito de aprender e ter seu lugar garantido nos melhores cargos no mercado de trabalho. Essa seleção segregou as pessoas que não atendiam as expectativas dos padrões sociais deixando-as à margem da sociedade e fora da escola. As pessoas com deficiência eram isoladas por suas famílias e por sua vez, não participavam da vida em sociedade, sem que houvessem leis que garantissem seus direitos e a cidadania.

Esse cenário começa a mudar com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos- (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994) que atribui iniciativas ao poder público a oferta de educação de qualidade que instrua no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana ao estimular através da prática pedagógica as várias dimensões do educando, como firmado na Constituição Federal Brasileira, no Artigo 5º, “Todos são iguais perante as leis, sem distinção de qualquer natureza(...)” e tendo por base as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial no Ensino Básico, instituída pela Resolução nº 02/2001, se faz primordial a necessidade de promover a aprendizagem dos educandos com necessidades especiais nos ambientes escolares.

A educação inclusiva no Brasil vem passando por diversas mudanças que envolvem tanto a aprovações das leis quanto a implementação de políticas públicas, mas para que a inclusão de fato aconteça não basta ofertar a matrícula do estudante com deficiência. É necessário antes de tudo, planejar como deve acontecer a inclusão e como os direitos de aprendizagem serão garantidos. Ainda existem barreiras no processo de inclusão, barreiras arquitetônicas, falta de materiais adequados e adaptados, e professores despreparados.

Entre os principais instrumentos nacionais legais para a prática de uma Educação Especial e Inclusiva, é importante salientar que nos Artigos 208 e 227 da Constituição Federal há a orientação para a prática pedagógica inclusiva, bem como a Lei 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim como a Portaria do Ministério da Educação nº 1.679/99 dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu capítulo V, trata diretamente da Educação Especial e, especificamente no que se refere ao Art. 58, que “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais” (BRASIL, 1996), bem como a capacitação do corpo docente (Art. 59).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, regido em 2015, conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, asseguram a educação como direito da pessoa com deficiência, com ingressos assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida (Art. 27). Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado – AEE (Decreto nº 6.571,18/09/2008), ofertado na escola, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. E, baseada em estudos abrangentes, percebemos a necessidade de efetivar ações fundamentais no tocante à inclusão, tais como uma estrutura física adequada e que promova a acessibilidade, a formação continuada dos docentes, flexibilização e adequação do currículo escolar, bem como o atendimento educacional especializado.

Apesar de existirem as políticas públicas e leis que respaldam os direitos da pessoa com deficiência ainda encontramos desafios na implementação dessas políticas no âmbito educacional. Escolas que não estão adaptadas para inclusão dos estudantes com deficiências, professores despreparados e familiares sem o conhecimento de seus direitos, para tanto, é preciso mudanças de paradigmas no contexto escolar (MANTOAN, 2003).

2. O PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS AREIENSES

A observação e a coleta de dados se deram junto à Secretaria de Educação de Areia-PB, no brejo paraibano. Segundo os dados fornecidos pelo Censo Escolar, a rede contava em 2020 com 2.460 alunos dos quais apenas 78 apresentavam laudos médicos; no ano de 2021 foram matriculados 3.575 alunos, dos quais 137 estudantes apresentaram os laudos; em 2022 foram matriculados 3.508 estudantes e laudados 147 estudantes e em 2023 foram matriculados 3.686 estudantes, dos quais 173 crianças/adolescentes eram laudados.

Segundo relato da Secretária de Educação, a senhora A, a qual ocupava tal cargo 2021, havia a necessidade de uma nova configuração na educação inclusiva no município de Areia-PB, com o intuito de promover a inclusão de forma mais eficaz que atingisse a todo o público PcD (Pessoa com Deficiência). Pode-se constatar que no município pesquisado a educação inclusiva caminhava com muitas dificuldades, salas de recursos multifuncional (SRM) existiam, porém faltava recursos pedagógicos adequados, as estruturas físicas das salas não estavam adaptadas de acordo com a Lei nº 7.611/11, havia professoras de AEE que atendiam em algumas escolas e não havia registros oficiais dos anos anteriores na SEDUC sobre os atendimentos e acompanhamento da Educação Inclusiva e de acordo com os relatos dos professores não havia formação continuada sobre inclusão.

Em 2021, com a nova equipe da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), houve a preocupação em buscar sanar os principais problemas encontrados na educação municipal. Um dos pontos discutidos em reunião foi a educação inclusiva, uma vez que os professores apresentavam muitas dificuldades e dúvidas em relação a inclusão. Como se pode constatar no relato da professora B:

“Ao longo de minha carreira na educação, me deparei com desafios significativos quando se tratava de crianças laudadas. O meu medo, se dava por não receber formação necessária para lidar com a diversidade das

necessidades dos alunos, e essa falta de apoio me trouxe uma insegurança e dúvidas do que faria. As dificuldades eram além de comportamentos na sala; a falta de instrução de como fazer adaptações adequadas no conteúdo fazendo com que na maioria das vezes, aquele estudante era condicionado a ficar no canto da sala e não tinha a consciência de que não estava agindo adequadamente, não encontrava maneiras criativas de engajar e incluir o meu aluno e precisava assistir toda a turma. Hoje, compreendo que fazia a inclusão ocupando o aluno apenas com pinturas e atividades que não estimulam habilidades desafiadoras”.

Partindo das necessidades, a SEDUC viu a urgência de montar uma equipe especializada e criou o Departamento de Educação Inclusiva (DEEI) composto por Coordenadoras pedagógicas, Psicólogos, Assistentes Social, Professoras de AEE, Intérpretes de Libras, Nutricionista e Educador Físico. Nesse sentido, o DEEI realizou o levantamento de dados e a busca ativa, uma ação que realizava matrícula das crianças/adolescentes com deficiência que estavam fora da escola. Foram identificadas tais deficiências: TDAH (Transtorno de Atenção e Hiperatividade), Dislexia, Transtorno de Humor, Hidrocefalia, Deficiência Auditiva, Surdez; Deficiência Física, Síndrome de Down, Nanismo, DI (Deficiência Intelectual), TEA (Transtorno do Espectro Autista), TOD (Transtorno Opositor Desafiador).

Através da busca ativa no ano de 2021, de acordo com o relato da coordenadora Pedagógica da Educação Especial e Inclusiva, foram encontradas crianças que estavam fora da escola porque suas famílias temiam em matriculá-las, tinham receio do preconceito que pudessem sofrer e mandar seus filhos para a escola desassistidos. Em decorrência da falta de comunicação e informação tanto por parte da família como dos profissionais da educação, foi identificado que muitas famílias matriculavam seus filhos e, no entanto, não apresentavam os laudos, deixando a escola desinformada sobre a necessidade de adaptação adequada.

O DEEI buscou compreender melhor quais os desafios e dificuldades enfrentadas pelos profissionais e assim, houve a preocupação de implementar algumas ações, como: a formação continuada em Educação Inclusiva oferecida inicialmente aos gestores e professores (e posteriormente estendeu-se a todos os profissionais da educação: motorista, merendeiras, vigilantes e auxiliar de serviços gerais); melhorias nas estruturas físicas das escolas, seguindo as orientações do Decreto nº5. 296/2004, ações regulamentadas pelas leis nº10. 048 e 10.098, e adaptação Curricular.

As formações pedagógicas partiam do princípio de que a educação inclusiva deve atender às perspectivas da dignidade humana, assim o DEEI buscou ampliar o olhar dos docentes para compreender que o processo inclusivo envolve o desenvolvimento físico,

cognitivo, social e emocional de cada estudante, partindo do conceito de que todos, que trabalham na escola, são responsáveis pela inclusão. Houve resistência por parte de alguns professores em realizar o planejamento direcionado às necessidades de cada aluno. A Coordenadora Pedagógica da Educação Inclusiva, senhora C, relata que:

“Ouvimos relatos de professores que resistiam em observar e registrar as dificuldades dos estudantes no que diz respeito ao desenvolvimento socioemocional, tinham muitas dificuldades em compreender quais as necessidades educativas de cada deficiência e ainda de identificar as particularidades de cada aluno e que não se sentiam seguros para adaptar as atividades, selecionar habilidades e priorizar os conteúdos para o bimestre”.

Diante dessa realidade o DEEI apresentou aos professores e gestores todo o conceito de educação especial e inclusiva, as deficiências, as novas estratégias metodológicas, as adaptações de atividades escolar e a importância de conhecer os estudantes de forma integral. Para alguns professores era desnecessário saber como é a vida do estudante em casa, e não acreditavam que a vivência fora da escola poderia afetar no comportamento deste estudante em sala de aula e que não sabiam avaliar seus alunos com deficiência. Partindo dessa realidade, foi construído um instrumento de avaliação pedagógica para o professor durante as observações em sala de aula fosse registrando habilidades adquiridas, habilidades em desenvolvimento ou habilidades não alcançadas e que tipo de ajuda realizava para o aluno.

Dessa forma, foi possível realizar o ajuste curricular, de acordo com a BNCC, atendendo às necessidades educativas de cada estudante. Com o reconhecimento das necessidades educativas dos estudantes, os professores passaram a planejar, criar e executar atividades planejadas sob a orientação da Coordenação Pedagógica de Educação Inclusiva. E a cada bimestre os docentes faziam uma nova avaliação e novas habilidades eram selecionadas à medida que alcançavam os objetivos, e retomando as habilidades ainda não desenvolvidas.

Um passo importante na implantação de políticas públicas foi criação da lei municipal dos monitores nº1097/2022 que tornou legal a contratação de servidores para realizar o acompanhamento em sala de aula e durante o transporte escolar dos estudantes com deficiência. Todos os monitores passaram por formações pedagógicas, como relata a Coordenadora pedagógica da Educação Inclusiva, a senhora D:

“Desde o ano de 2022, os monitores participam de formações e são orientados a identificar e lidar com uma crise, realizam o acompanhamento nas atividades escolares, prestam assistência em atividades físicas e **fazem mediação social no ambiente escolar**, de como estimular a interação entre seus pares, incentivar a autonomia e como lidar com os comportamentos desafiadores

proporcionando o desenvolvimento das habilidades funcionais e socioemocionais, bem como mantendo a comunicação com os professores da sala”.

Outro passo importante realizado pelo DEEI foi a realização das reuniões com as famílias, tendo como principal objetivo fortalecer o vínculo com a escola e propor estratégias e melhorias, quando necessário, na vida escolar e familiar desses estudantes, afim de prestar também um maior apoio tão necessário às famílias atípicas diante da insegurança de matricular e mantê-los frequentes na escola. Como afirma, a genitora e responsável E:

“Ele é um menino muito agitado, não consegue ficar sentado por muito tempo e não acompanha as atividades da turma. Devido a esses comportamentos, todos os dias a diretora mandava me chamar pra levar meu filho pra casa, pois a professora não conseguia conduzir a aula com a sua agitação na sala. Percebia que isso o deixaria triste, além de que ele se sentia diferente por não conseguir realizar as atividades que eram oferecidas a ele. Então, eu percebi que essas situações fizeram com que meu filho perdesse o desejo de ir para escola e eu, sinceramente me sentia desmotivada em me esforçar tanto para levar todos os dias, já que qualquer comportamento de inquietação eu tinha que ir buscar imediatamente”.

Nestas reuniões, as famílias foram orientadas quanto a importância das continuidades das terapias, regularidade nos horários das medicações e consultas periódicas dos seus filhos, bem como conhecer o trabalho realizado na escola para promover a inclusão. Reforçando ainda, a importância do diálogo com a escola entendendo que todos os profissionais da escola e familiares estão de mãos dadas em prol do bem estar e desenvolvimento integral de cada estudante. E ao final do ano letivo, a família recebe o portfólio dos seus filhos, tendo a oportunidade de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, como consta no relato da Genitora E, quando citou que “estava feliz, pois foi a primeira vez que ela foi à escola para ouvir que o filho aprende, que não gostava de ir às reuniões antes porque só ouvia coisas ruins sobre o filho”.

A educação inclusiva foi ampliada à outras secretarias, segundo a Seduc, foi possível ampliar as ações para atender de forma integral os estudantes e as famílias com o fortalecimento da rede de apoio envolvendo as Secretarias Municipais de Assistência Social, de Saúde e de Transporte. A primeira atitude foi reunir os representantes das Secretarias e seus profissionais para explanar sobre as deficiências identificadas na rede municipal de ensino e conscientização do que era necessário fazer em conjunto para atender a Política Municipal de educação inclusiva realizando assim, intervenções precoces.

Foi realizado concurso público para intérpretes de libras e professores de AEE, uma ação importantíssima no processo de inclusão no município. E em seguida foi a criação do CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) -inaugurado em 2022-, com o intuito de sanar o problema de não haver espaços físicos adequados na maioria das unidades escolares e materializando o Decreto- Lei nº 7.611/2011 que regulariza o atendimento educacional especializado. Neste espaço também aconteciam as aulas do projeto Diálogos em Libras que reúne 7 alunos surdos (matriculados nos anos iniciais, anos finais e educação de jovens, adultos e idosos-EJAI), pois os intérpretes perceberam que esses educandos não eram alfabetizados em libras, com o atendimento no contraturno do horário escolar, exclusivamente para o ensino de Libras. Junto a essa ação também foi realizada a aquisição de uma van adaptada com rampa elevatória e cadeira de acessibilidade móvel para transportar os alunos com deficiências.

Levando em consideração as evoluções dos estudantes no que diz respeito a autoestima, participação ativa dos eventos da escola, acolhimento dos demais estudantes, participação do esporte paralímpico competindo em vários Estados brasileiros, trazendo muitas medalhas, tudo isso resulta em aumento da frequência escolar e a confiança da família na escola. Segue abaixo o relato da Genitora do Aluno X:

“Procurro todos os dias manter uma rotina com X, reconheço que o nível de suporte dele exige muito de mim, da professora e dos terapeutas. Praticamente saímos todos os dias para fazer terapias, o que o cansa e o deixa mais desregulado, mas procuro seguir todas as recomendações. Percebo seus avanços, ele permanece na sala de AEE e quando sai abraça a professora, com as terapeutas entra e me dá tchau, está falando com coerência em muitos casos, aos poucos ele está evoluindo” (Depoimento da Genitora do aluno X).

Neste depoimento é possível perceber que a afetividade possibilita a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula ou na sala de AEE fluem melhor, na prática da inclusão na escola, entendendo a diferença como a especificidade de cada um, em seus múltiplos e complexos comportamentos.

De acordo com a Coordenação Pedagógica da educação inclusiva a aprendizagem é estimulada através do uso de materiais pedagógicos variados e adaptados que devem atender às necessidades específicas, porém foi visto que nas salas de AEE observadas ainda faltam itens para prestar tal assessoramento. Esse resultado deve-se pela nova configuração da Educação Especial e Inclusiva que pode realizar ações importantes sobre inclusão dentro das escolas e com todos os profissionais da educação, principalmente no

que diz respeito a metodologias e estratégias pedagógicas adequadas e adaptadas de acordo com a necessidades de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os relatos e demais dados coletados durante este estudo, realizado na rede municipal de ensino de Areia-PB, percebemos a maneira como se deu a edificação de ações inclusivas que ultrapassam as recomendações dos documentos oficiais no uso de mecanismos e meios que culminam na transformação não apenas com relação aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, influenciando positivamente no comportamento de todos os sujeitos inseridos no âmbito educacional.

Sendo assim, este estudo foi de extrema relevância por oportunizar o reconhecimento sobre a forma como os conceitos de Educação Especial e Inclusiva podem ser apropriados e representados no cotidiano educacional. Durante o percurso observamos que os recursos e ferramentas utilizados nos atendimentos especializados, a prática de metodologias pedagógicas compatíveis com as limitações e potencialidades dos educandos e a participação da família ao desempenhar seu papel com comprometimento e responsabilidade foram de fundamental importância para que os estudantes se sintam mais seguros e disponíveis a interagir.

Este trabalho registrou a maneira como os profissionais inseridos no convívio de pessoas com deficiências foram capacitados através de formações contínuas oferecidas pelo Seduc de Areia-PB, as quais vieram a conceder a qualificação e o crescimento pessoal e profissional. Outro fator de extrema relevância foi o apoio dado a esses profissionais pela coordenação pedagógica do Departamento de Educação Especial e Inclusiva que orquestrou as ações de investigação, reuniões com as famílias e criou uma conexão de atuação da equipe de multiprofissionais e a atuação dos monitores que auxiliam e acompanham tais estudantes, bem como o fortalecimento da rede de apoio que possibilitou a intervenção precoce das crianças com deficiências.

Através dos depoimentos vimos que quando os profissionais da educação sabem do contexto familiar e de vivência dos alunos com necessidades especiais, são conhecedores dos laudos médicos e com os demais docentes que também acompanham o desenvolvimento dessas pessoas com deficiência tudo isso resulta em ajuda, cuidado, avanço e progresso no processo de ensino-aprendizagem, influenciando positivamente no comportamento de todos os sujeitos inseridos no âmbito educacional.

Vimos também que na sala de recursos multifuncional os educandos têm a oportunidade de lidar com as suas limitações no seu tempo, sendo estimulados com materiais pedagógicos e métodos adequados, possibilitando significativas probabilidades de avanços e aprendizados desses alunos.

Constatamos que apresentar à família o resultado dos trabalhos desenvolvidos na escola é uma forma mostrar que a escola planeja e acompanha de perto o desenvolvimento dos alunos, pois a escola organiza junto com os professores o portfólio dos alunos, um instrumento de acompanhamento que permite ao aluno acompanhar a própria evolução e permite que a família também perceba essa evolução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Constituição da República Federativa do Brasil (Vol. 5). Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL, L. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1 - 7/7/2015, Página 2, 2015.

BRASIL, M. da E. Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1E, p. 39-40. 2001

BRASIL, M. da E. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 8, 2002.

BRASIL, M. da E. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, Estatuto da criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8.690 13 de julho de 1990. 7 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEESP, 2017.

CARNEIRO, S. F.; LEITE, I. Inclusão Escolar: uma abordagem sobre as Salas de Recursos Multifuncionais a partir da perspectiva de gestores, professores e pais. *Revista Includere*, Mossoró, v.3, n.1, p. 233-243, nov. 2017.

DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina (org.). Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2008. DOI: [10.14393/EDUFU-978-85-7078-176-5](https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-176-5).

GIL, M. (2002). Deficiência e Inclusão: Caminhos e Descaminhos. São Paulo: Memnon.Nóvoa, 2009.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 16, n. 3, p. 375-396, dez. 2010. DOI: 10.1590/S1413-65382010000300005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

POKER, Rosimar Bortolini ... [et al.]. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. 184p. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

QEDU. QEDu: dados de educação para transformar o Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2024.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva: repensando uma educação outra. *Revista Educação Especial*, v. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X69277>. Acesso em: 19 out. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Fórum Nacional de Educação Brasileira, São Paulo, 1994.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais

nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.